



especial Cidadania

Projeto cria novas regras para descarte adequado de pilhas e baterias

Proposta aprovada pela CAE fixa normas para o descarte de pilhas e baterias. Fabricantes e vendedores devem criar pontos de coleta para que o consumidor leve os produtos usados, que, se lançados ao meio ambiente, podem contaminar solos e lençóis freáticos. **8**

Senado vota acesso a informações sigilosas

Comissões analisam em conjunto proposta que define critérios para assegurar aos cidadãos direito constitucional de consultar todos os documentos oficiais

Duas comissões permanentes do Senado – CCT e CDH – podem votar juntas hoje o projeto que trata da Lei do Acesso à Informação. Ela define o que o Estado deve fazer para cumprir o mandamento constitu-

cional que garante a qualquer cidadão o direito de consultar documentos oficiais. A reunião conjunta é para acelerar a tramitação e tentar aprovar a lei em Plenário em 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. **7**



Antonio Vale, da CNTE, à frente dos debatedores na CDH: sociedade precisa interagir com as escolas



Audiência pública foi acompanhada por estudantes de escola pública do Guará, no Distrito Federal

Participação da sociedade é antídoto contra violência nas escolas

Especialistas reunidos ontem no Senado concluíram que a violência dentro das escolas é resultado do que acontece fora delas,

mas o problema pode ser enfrentado se a sociedade estiver disposta a se engajar mais no dia a dia escolar. Pais de alunos precisam

estar mais presentes, lembram os participantes da audiência pública motivada pela tragédia de Realengo. **3**



João Alberto, do projeto LexML, Claudia Lyra e Simone Bastos Vieira

Ciclo de palestras mostra funcionamento do Senado

Encontro aberto ontem teve palestras da secretária-geral da

Mesa, da diretora-geral-adjunta e da diretora da Biblioteca. **2**

Plenário rende homenagem aos índios

As lideranças indígenas que estiveram ontem no Plenário para comemorar o Dia do Índio pediram a

substituição da Funai por uma secretaria nacional vinculada à Presidência da República. **6**



Na sessão especial de ontem, representantes das comunidades indígenas criticaram reestruturação da Funai

Divulgado calendário de tramitação da LDO para 2012 **5**

Senador elogia ex-procurador por relatório sobre o mensalão **5**

Comissão vota Fundo Pró-Leitura hoje **7**



José Vanelly/Senado Federal

João Alberto Lima, do Projeto LexML, Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa, e Simone Bastos Vieira, diretora da Biblioteca

Ciclo de palestras explica como funciona o Senado

Diretora-geral-adjunta afirma que, com as informações do encontro, servidores da Casa poderão auxiliar colegas e parlamentares de maneira mais eficaz

COM O OBJETIVO de explicar aos servidores o funcionamento das diversas áreas da Casa e esclarecer dúvidas relacionadas ao apoio às atividades legislativas, teve início ontem o ciclo de palestras "Conhecendo o Senado". Participaram do encontro a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; a diretora-geral-adjunta Rosa Maria Vasconcelos; a diretora da Biblioteca Luiz Viana Filho, Simone Bastos; e o representante da Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), João Alberto Lima; entre outros.

Claudia Lyra explicou aos servidores como são desenvolvidas as atividades da Secretaria-Geral da Mesa (SGM) e como se produz a informação

legislativa.

– A Secretaria-Geral cuida da parte de processos legislativos. Dentro da estrutura atual, a secretaria faz o assessoramento de outros setores da Casa, cobrindo as atividades das comissões e dando suporte aos trabalhos das Mesas do Senado e do Congresso Nacional – explicou a secretária-geral da Mesa.

Por sua vez, a diretora Simone Bastos informou que a Biblioteca do Senado dispõe de um acervo com mais de 500 mil volumes, colaborando de forma decisiva para o aperfeiçoamento dos trabalhos legislativos.

João Alberto Lima explicou que a finalidade da ferramen-

ta LexML é ser um instrumento de pesquisa especializado em informação jurídica e legislativa, que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas e projetos de leis das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil.

De acordo com a diretora-geral adjunta Rosa Maria Vasconcelos, o objetivo do encontro é fornecer informações sobre a estrutura e o funcionamento do Senado aos servidores e terceirizados.

– Assim, os funcionários poderão auxiliar os colegas de trabalho e os parlamentares de maneira mais eficaz, contribuindo para o êxito do Senado como um todo – afirmou.

Esclarecimento sobre contratos emergenciais

A Secretaria Especial de Comunicação Social divulgou nota enviada ao *Correio Braziliense* com esclarecimentos da Diretoria-Geral do Senado a respeito de matéria publicada pelo jornal sobre contratações de serviços pela Casa. Leia a íntegra da nota:

“Senhor editor,

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) encaminha nota da Diretoria-Geral do Senado Federal (DGER), relacionada à matéria publicada hoje pelo *Correio Braziliense*, página 4, editoria de política:

Em matéria intitulada: ‘Emergências em série dispensam licitações’, o *Correio Braziliense* de hoje, 18/4/2011, afirma que pouco mais de dois meses depois do início da nova legislatura o Senado ‘fez contratações milionárias, que dispensam licitações e aumentam o preço pago a prestadores de serviços com uma canetada’.

Registre-se que, em sua primeira reunião, em 10/2, a atual Comissão Diretora deliberou no sentido de evitar os contratos emergenciais. No entanto, ele será admitido sempre que se mostrar necessário para assegurar a continuidade administrativa, condicionado à existência de processo licitatório já aprovado.

O contrato emergencial de prestação de serviço de condução de veículos, firmado em 11/3/2011, vigorará por 180 dias ou até que se ultime a nova licitação (Processo 002.350/10-6). Para a contratação emergencial, não houve aumento do quantitativo de colaboradores contratados e o custo aproximadamente 6,85% superior ao contrato anterior deveu-se exclusivamente à convenção coletiva de trabalho.

Conforme o andamento do processo licitatório em curso, não será necessária nova contratação emergencial.

No que tange à manutenção elétrica, o contrato em vigor

vence em 29/4/2011. O Pregão 148/2010, destinado à contratação em tela, foi objeto de dois mandados judiciais. Em consequência, o Senado Federal buscou em juízo os esclarecimentos necessários para poder dar exato cumprimento às decisões judiciais, o que só veio a ocorrer na semana passada.

Por conseguinte, na última sexta-feira, 15 de abril, todos os licitantes foram convocados para reunião de continuidade do pregão, a realizar-se às 10h do dia 19/4/2011, terça-feira.

Preventivamente, considerando os prazos legais e a essencialidade do serviço de manutenção elétrica para a continuidade do funcionamento do Senado Federal, no dia 12 de abril a Secretaria de Engenharia deflagrou o Processo nº 012862/11-8 para contratação emergencial até que a empresa vencedora assumisse o novo contrato decorrente da licitação. Na mesma data, esta Diretoria-Geral determinou que ‘deverão ser chamadas a apresentar cotação todas as empresas que participaram do Pregão 148/2010’. Com isso, buscou ampliar o leque das empresas participantes, em atenção aos princípios da impessoalidade e da economicidade.

Equívoca-se o jornal quando, debitando a informação à Assessoria do Senado, afirma que a Casa optou ‘por realizar mais um contrato emergencial com a Delta e abrir novo prazo para que as empresas interessadas apresentem a documentação e tentem comprovar a experiência exigida no edital’.

Por fim, o Senado vem fazendo esforço para superar a necessidade de contratação emergencial, o que se dará com a continuidade do processo licitatório em curso, mas não pode correr o risco de ter o seu regular funcionamento afetado.”

Sessão no Plenário homenageia aposentados e pensionistas

O Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, celebrado no dia 24 de janeiro, será tema de sessão especial na próxima segunda-feira. O evento foi solicitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A data, instituída pela Lei 6.926/81, é também quando se comemora o Dia da Previdência Social. Segundo o Ministério da Previdência Social, o país tem 28.296.089 aposentados e pensionistas, regidos pelo regime geral da previdência (RGP).

A folha de pagamento de março de 2011 para os aposentados e pensionistas do INSS – cujos depósitos foram feitos até 7 de abril – somou R\$ 20,7 bilhões, dos quais R\$ 16,5 bilhões foram pagos a 19,8 milhões de beneficiários no setor urbano. Outros R\$ 4,1 bilhões foram pagos a 8,4 milhões de aposentados e pensionistas que vivem na área rural.

Em discurso feito no Senado no mês passado, Paim pediu ao governo uma política de

valorização dos aposentados e pensionistas. Ele reiterou sua posição contra o fator previdenciário e recebeu o apoio do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que defendeu a adoção de um sistema alternativo ao cálculo do fator previdenciário, de forma a evitar perdas nos benefícios dos aposentados.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), por sua vez, pediu apoio a projeto (PLS 76/11) que apresentou para assegurar isenção de Imposto de Renda para os aposentados com mais de 60 anos inscritos no regime geral. Segundo ela, o valor das aposentadorias e pensões vem sendo achatado a cada ano.

De acordo com Ana Amélia, 69% das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS estão niveladas pelo salário mínimo – atualmente de R\$ 545 –, embora muitos desses segurados tenham recebido valores acima do piso durante um tempo. O projeto pode contribuir para minimizar essa perda.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Tramitação conjunta

14h Na pauta, requerimento solicitando a tramitação conjunta do PLC 4/09 com o PLS 94/11, por regularem a mesma matéria – instituir a data 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais.

CDH Políticas para a população indígena

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate as políticas para a população indígena com a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat; o presidente da Funai, Márcio Augusto Freitas de Meira; lideranças indígenas; e representantes da Comissão Nacional de Política Indigenista.

CAE Alfabetização de adolescentes e adultos

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para brasileiros não alfabetizados com mais de 15 anos e institui o Quinquênio da Alfabetização. Outro projeto prevê a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura.

CCT/CDH Acesso à informação

11h Em reunião conjunta, as comissões de Ciência e Tecnologia e de Direitos Humanos e Legislação Participativa examinam projeto (PLC 41/10) que regulamenta o acesso a informações consideradas sigilosas.

CE Frequência escolar mínima

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina, entre outros, projeto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

Nordeste Informações de diretor da Sudene

11h A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ouve o diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudene, Guilherme Maia Rebouças.

CMA Educação ambiental e papel reciclado

11h30 Projeto que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Também será examinada proposta que prevê a utilização de papel reciclado em livros didáticos.

CMO Votação de crédito suplementar

14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa a indicação do deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG) para 1º vice-presidente e vota projeto que abre crédito suplementar de R\$ 755 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Especialistas reunidos pela CDH argumentam que maior integração entre professores, funcionários e pais ajuda a proteger ambiente escolar

Escola precisa da sociedade para evitar violência

J. Freitas/Senado Federal



Senador Paulo Paim (C), presidente da CDH, diz que “não é saudável transformar a escola em uma prisão, com cercas elétricas e seguranças armados”

Especialistas defendem campanha nacional de combate ao *bullying*

O combate ao *bullying* pode ser um passo fundamental para o enfrentamento da violência escolar. A Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPB) o identifica como uma epidemia grave em avanço no mundo, enquanto a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) promete lançar uma campanha nacional contra o mal. As duas entidades participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Esta violência se dirige, especialmente, contra aqueles que ocupam lugar de autoridade, como os professores e, também, contra os que estão em uma situação de fragilidade [estudantes] – afirmou o presidente da SPB, Luciano Wagner Guimarães Lírio. Ele creditou à desestruturação familiar a incapacidade de muitas crianças e jovens para lidar

com a autoridade e frustrações pessoais. E alertou ainda para o impulso que as drogas costumam dar a uma atitude transgressora, “sintoma mais marcante da sociedade atual”.

O presidente da ABP, Antonio Geraldo da Silva, convocou professores e alunos vítimas de *bullying* a denunciar essas agressões e a disseminar uma cultura de paz nas escolas. O psiquiatra citou distúrbios mentais que podem estar associados a esse tipo de violência, como depressão, anorexia, transtornos bipolar e de déficit de atenção. A comunidade escolar precisa estar apta a identificá-los e saber como encaminhar esses casos, disse ele.

– É muita gente doente sem tratamento adequado. Vivemos um problema de desassistência psiquiátrica no país – alertou o especialista.

No meio estudantil, fenômeno causa dor, exclusão e humilhação

O termo, que vem do inglês *bully* (valentão), é utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica feitos de forma intencional e repetitiva, praticados por uma pessoa ou um grupo sobre outra pessoa ou outro grupo. O objetivo é agredir, intimidar, acostrar e implicar com a vítima.

O *bullying* compreende, portanto, comportamentos com diversos níveis de violência, que vão desde chateações inopurtanas ou hostis até atos francamente agressivos, sob forma verbal ou não, sem motivação aparente, causando dor, angústia, exclusão, humilhação e discriminação. Na literatura especializada, adota-se também o termo vitimização.

O psicólogo José Augusto Pedra e a pedagoga Cleo Fante, autores do livro *Bullying escolar – perguntas e respostas*, dizem que os praticantes do *bullying* também mobilizam as opiniões dos colegas contra a vítima, por meio de boatos difamatórios ou apelidos que acentuam alguma característica física, psicológica ou traço considerado negativo, diferente ou

esquisito. Esses boatos e agressões são, muitas vezes, expostos em sites de relacionamentos na internet.

Ao contrário de outras ações violentas, ocasionais e reativas, o *bullying* se caracteriza por ações deliberadas e repetitivas, pelo desequilíbrio de poder – entre agressores e vítimas – e pela sutileza com que ocorre, sem que os adultos percebam, ou feitos de forma que as pessoas finjam não perceber.

Os critérios básicos da prática do *bullying* foram descritos pelo pesquisador Dan Olweus, da Universidade de Bergen, na Noruega, que estudou o assunto entre 1978 e 1999.

De acordo com o pesquisador, a vítima tem um medo constante de sofrer os assédios novamente e, por esse motivo, fica mobilizada por sentimentos de ansiedade, medo, insegurança, angústia, raiva e constrangimento, podendo também ter somatizações. Por continuar lembrando dos episódios de agressão, a vítima pode também alimentar o desejo de vingança.

Praticantes do bullying mobilizam a opinião dos colegas contra a vítima

Repressão não é suficiente para resolver problema

Na audiência pública da CDH, estudantes e professores concordaram com a ideia de que medidas de repressão não são suficientes para resolver o problema da violência nas escolas e pediram mais investimentos na educação.

A diretora de Imprensa e Divulgação do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) Rosilene Corrêa criticou a apresentação de projetos de lei que propõem a instalação de câmeras e detectores de metais para aumentar a segurança nas escolas. Em sua opinião, esse tipo de medida distancia a comunidade do ambiente escolar.

Segundo a professora, o foco do debate sobre violência não deve estar na punição, mas na valorização da educação no país por meio de investimentos em estrutura e melhores salários para os professores. Para ela, é preciso, portanto, ampliar os investimentos na educação e não o reforço na segurança das escolas.

Rosilene Corrêa também destacou que os profissionais de educação não estão preparados para lidar com situações de violência e conflito.

Formação

Já a subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal, Gícia Falcão, defendeu uma revisão na formação de professores. Ela propôs que sejam criados cursos para que os profissionais de educação sejam habilitados a mediar conflitos não apenas nas escolas, mas em toda a comunidade escolar.

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann Evanovick, sugeriu que o governo destine mais do que 5% do produto interno bruto (PIB) à área.

– Ao destinar apenas 5% do PIB ao setor, o governo demonstra que a educação não é prioridade no país – disse.

Ele lembrou que o Congresso Nacional deverá examinar este ano o Plano Nacional de Educação, que tem como objetivo determinar o que será aplicado no setor até 2020.

A VIOLÊNCIA EXISTENTE nas escolas é reflexo da violência na sociedade, mas o antídoto para isso é abrir as escolas à participação maior de todos, disseram ontem especialistas que participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o professor e secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Antonio de Lisboa Amâncio Vale, por ser o serviço público mais presente no cotidiano da população, a escola é também o local onde fica mais evidente a violência social. Para o professor, combater a violência no ambiente escolar é antes de tudo combater a violência na sociedade.

– Não é isolando a escola da sociedade e da sua comunidade que vamos combater o problema da violência. A escola tem que ser literalmente aberta à comunidade – assinalou.

A subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal, Gícia Falcão, disse que, para reduzir a violência, é necessário fortalecer os conselhos escolares e os grêmios estudantis, a fim de democratizar a gestão e promover maior integração entre professores, funcionários, estudantes e pais.

– Temos que abrir a escola não apenas para que a família venha no momento de festa e na hora de receber a nota. Ela tem que construir, tem que pensar nas ações promovidas pela escola – disse.

De acordo com o coordenador de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Paolo Fontani, pesquisas demonstram que nos locais onde a comunidade participa mais ativamente da escola é menor o índice de violência, uma das principais razões da evasão escolar no país.

– A violência ou ameaça de violência é uma das principais causas de perda de concentração, aumento de sensação de medo, perda de interesse na escola e, finalmente, de evasão e abandono das escolas – ressaltou.

Paim diz que é preciso entender a juventude e propõe debates mensais

Todo o Brasil sofre com a questão da violência no ambiente escolar, disse o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

– No Rio Grande do Sul, foram pegos alunos com armas de fogo dentro da sala de aula. Um deles disse simplesmente que sofreu *bullying* e estava ali preparado para se defender – lamentou.

O senador destacou que a audiência foi além da questão do desarmamento. Para Paim, “não é saudável transformar a escola em uma prisão, com cercas elétricas e seguranças armados”.

– Claro que tem que ter segurança, mas precisamos entender qual é a juventude que estamos construindo no país – afirmou.

Ele também anunciou a intenção de realizar uma reunião por mês, na CDH, para “discutir caminhos e apontar soluções” para os problemas no ambiente escolar.

O senador lembrou ainda a comemoração, ontem, do Dia Nacional do Livro Infantil, “uma oportunidade para lembrar, ponderar e refletir sobre a importância que a leitura pode ter na vida das crianças. Eu diria que a leitura faz a diferença”.

Segundo o parlamentar, o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza reafirma que parte relevante dos valores do esquema teve origem em recursos públicos

Alvaro homenageia procurador que fez denúncia do mensalão

ALVARO DIAS (PSDB-PR) homenageou ontem o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, que fez a denúncia contra os 38 réus citados no processo do mensalão, como ficou conhecido o escândalo de compra de votos parlamentares durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula. O senador solicitou à Mesa que fosse transcrita a entrevista concedida pelo ex-procurador ao jornal *Folha de S.Paulo* em que critica a demora da Polícia Federal na investigação do caso e cobra celeridade.

– Antonio Fernando de Souza constatou haver elementos suficientes para condenar os 38 réus citados na denúncia do mensalão e reafirma que parte relevante dos valores teve origem em recursos públicos. Indagado sobre o fato de alguns personagens terem retornado ao cenário da política e se esse fato esvaziaria o julgamento, ele rechaçou a hipótese, afirmando que a reabilitação política não pode sugerir que tudo não passou de uma



Fotos de Lio de Paula/Senado Federal

Alvaro Dias também lamenta notícia sobre corte de verba da Polícia Federal

invençione. Esse fato por si só condena o governo – afirmou o parlamentar.

Alvaro também lamentou a notícia de corte de recursos da Polícia Federal. Ele salientou que o corte ocorre justamente num momento de grande comoção com os assassinatos de estudantes em uma escola do Rio de Janeiro, e quando o Senado discute a hipótese de realização de um plebiscito sobre o comércio de armas.

O senador disse que a violência nos grandes centros urbanos

começa na chamada tríplice fronteira, por onde entra a maior parte do contrabando de armas e do tráfico de drogas. Observou que o governo anuncia recursos bilionários para a Copa, o trem-bala e as Olimpíadas, mas corta os recursos para o combate ao tráfico e ao contrabando de armas.

– O Ipea afirma que dez dos aeroportos das cidades onde teremos sedes e subdesdes da Copa do Mundo não estarão em condições ideais por ocasião do evento – disse o senador.

Simon pede que Sarney se retrate de frase sobre Ulysses

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem que o senador José Sarney peça desculpas à família de Ulysses Guimarães (1916-1992) por afirmação publicada no livro *Sarney – a biografia*, de que Ulysses seria “um político menor”.

O livro, escrito pela jornalista Regina Echeverria, foi lançado no mês passado. Simon disse que abordava o assunto a pedido da enteada de Ulysses, Celina Campello, filha de dona Mora, vítima do mesmo acidente que matou o então presidente do PMDB.

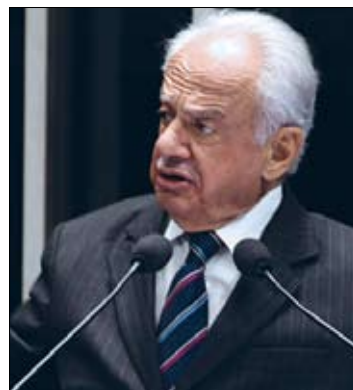
– Eu tenho certeza, Celina, de que o dr. Sarney vai telefonar para ti. Vai lamentar e vai dizer que, num livro de 600 páginas, isso escapou. Ele não vai deixar, dentro da sua biografia, permanecer uma frase como essa, uma

frase menor. O dr. Sarney voltará a ter o respeito de todos nós se disser: “Houve um equívoco, houve um erro, houve um vazio e eu peço desculpas” – afirmou Simon.

O livro reproduz trecho de diários escritos por Sarney na época em que foi presidente da República – entre 1985 e 1990 – em que o senador responsabiliza Ulysses por causar problemas ao governo. Sarney diz que Ulysses “não tem grandeza nem espírito público. É um político menor, que tem o gosto da arte da política, puro gosto do jogo, nada mais”.

Grandeza de Ulysses

Pedro Simon lembrou a importância histórica de Ulysses Guimarães e disse que ele, que na época era presidente da Câ-



Simon recorda gesto de Ulysses que permitiu a posse de Sarney

mara, é quem deveria ter assumido a Presidência da República em 1985, quando Tancredo Neves adoeceu, e não José Sarney, vice de Tancredo, que não havia ainda tomado posse. Ele frisou que Ulysses abriu mão dessa possibilidade para garantir a sucessão a um civil.

– Não são muitas as pessoas na história da Humanidade que têm esse gesto que o dr. Ulysses teve – afirmou.



Jucá: Infraero conclui a licitação para construir terminal de carga em Boa Vista

Romero Jucá celebra ampliação de aeroporto de Boa Vista

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem o término da licitação para a construção do terminal de carga do aeroporto de Boa Vista. Segundo o senador, a informação foi dada pelo presidente da Infraero, Gustavo do Vale, que visitou o gabinete de Jucá ontem de manhã. O novo terminal funcionará também como armazém alfandegário para atender às cargas da área de livre comércio de Boa Vista.

Romero Jucá informou que termina nesta sexta-feira o prazo para que as empresas que participam da licitação apresentem eventuais recursos contra o processo. Caso não haja recursos, a ordem de serviço para a construção do terminal deve ser assinada já na próxima semana.

A obra, com valor estimado superior a R\$ 2 milhões, deve ser concluída em oito meses.

O senador afirmou que vai

apresentar requerimentos para sessão conjunta das comissões de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a fim de debater a situação dos aeroportos com o presidente da Infraero e representantes da Secretaria de Aviação Civil e da Anac.

Segundo Romero Jucá, o presidente da Infraero lhe assegurou que o governo já está tomando as providências para que os aeroportos brasileiros melhorem o atendimento aos usuários antes mesmo da Copa do Mundo de 2014.

– Nós não temos que esperar a Copa do Mundo para atender bem à população brasileira. O brasileiro tem o direito de ser bem atendido, independentemente de Copa do Mundo, independentemente de Jogos Olímpicos – disse Jucá.

Comissão de Reforma Política da Câmara vai a 11 capitais

A Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados realizará audiências públicas em 11 capitais para conhecer a posição dos cidadãos a respeito de possíveis mudanças nos sistemas político e eleitoral. O primeiro debate foi marcado para o dia 29 deste mês, em Goiânia. As audiências continuarão no mês de maio em Porto Alegre, São Paulo, Belém, Aracaju, João Pessoa, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Recife.

Segundo o presidente da comissão, deputado Almeida Lima (PMDB-SE), o relatório final ficará pronto em junho, quando as propostas poderão ser enviadas para votação em Plenário.

No Senado, a Comissão de Reforma Política entregou o relatório ao presidente da Casa, José Sarney, no último dia 13. Em 20 de maio, serão apresentados projetos de lei e propostas de emenda à Constituição sobre os 15 temas definidos pela comissão.

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

Segurança no

Trânsito

“ O Congresso Nacional tem aprovado leis que melhoram a segurança de trânsito. ”

David é professor da UnB, doutor em Segurança no Trânsito e presidente do Instituto de Segurança no Trânsito.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. CONGRESSO NACIONAL

SECS | SUPRES – Criação e Marketing

Ana Amélia cobra abertura às exportações no Mercosul

O governo brasileiro deve cobrar dos demais países do Mercosul "atitudes coerentes com os objetivos de uma integração solidária", afirmou ontem Ana Amélia (PP-RS). A senadora se referia à existência de barreiras, especialmente da Argentina, contra produtos manufaturados brasileiros.

– O Brasil precisa exercer sua preponderância econômica dentro do Mercosul, para impedir que decisões comerciais unilaterais sejam tomadas pelos demais membros em prejuízo dos interesses legítimos brasileiros – disse.

A principal restrição é ao setor de calçados, disse Ana Amélia. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, somente em março, mais de 1,2 milhão de pares estavam parados nas alfândegas devido à demora na liberação das licenças não automáticas. A demora faz com que o prazo exceda o máximo determinado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

– Em que pese boa parte da entrada desses calçados ter sido liberada na última semana, alguns protocolos estavam demorando mais de 130 dias para ser autorizados, quando o prazo máximo, conforme determinam as regras de comércio internacional da OMC e o acordo com o governo argenti-



Senadora afirma que relatará acordo Brasil-Argentina sobre fronteiras

no, seria de 60 dias – informou. A senadora considerou o atraso "inaceitável do ponto de vista da agilidade nas transações comerciais".

Ana Amélia informou ainda ter sido designada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Fernando Collor (PTB-AL), para relatar o acordo de fronteira entre Brasil e Argentina que trata dos direitos e da harmonização de políticas públicas na relação de vizinhança com os moradores das regiões fronteiriças.

– Essa relação será intensificada com esse acordo bilateral, que será um passo muito importante no estreitamento das relações. Portanto, é preciso que também nas relações comerciais haja entendimento e mais solidariedade – concluiu.

Requião critica ação do capital especulativo sobre economias

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) destacou encontro do G-20 para criticar ontem o capital especulativo na economia mundial. A reunião do G-20 – formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia – ocorreu em Washington, no último fim de semana, para discutir medidas que diminuiriam os riscos da economia global.

– Como era de se prever, avançou muito pouco no pretendido esforço de se adotar um novo sistema de vigilância contra o fluxo de capitais, um eufemismo para especulação financeira – disse.

Apesar de criticar a reunião, Requião elogiou a participação do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo o senador, Mantega está impaciente com a "pouca eficiência das iniciativas tomadas por governos e organismos globais", desde a explosão da crise em 2008.

– Em Washington, Mantega voltou a criticar a falta de limites para o fluxo especulativo – afirmou Requião.

O senador disse que a especulação financeira na economia mundial permite que "trilhões de dólares fiquem voando pelas bolsas do mundo à busca de lucros fáceis e fartos". Segundo Requião, o especulador não se preocupa com a volta da inflação ou com



Caminho contra especulação é proteção ao trabalho, diz Requião

a perda de empregos.

– O capital especulativo não tem pátria nem compromisso com os homens e seus sonhos. É tão nocivo para a Humanidade quanto as pestes e as doenças – declarou.

Requião citou palestra do economista inglês Magnus Ryner, em um seminário realizado no Paraná, para defender um possível caminho para o enfrentamento do capital especulativo e da crise mundial.

– Seria o caminho da social democracia com a proteção ao trabalho, à criação de empregos, à preservação dos direitos dos assalariados e aposentados – disse Requião.

Para o senador, é preciso também dar atenção à prevalência da produção sobre a especulação e aos investimentos em infraestrutura, em educação e em moradia.

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 foi lido no Plenário do Senado ontem. Reunião da CMO na semana que vem ouve explicações de Miriam Belchior

Ministra do Planejamento debate LDO na terça-feira

FOI LIDA NO Plenário do Senado ontem a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, que segue agora para a Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relator, deputado federal Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), informou que as discussões da LDO têm início na terça-feira que vem, com a audiência pública que ouvirá a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Na pauta da reunião está ainda o Decreto 7.418/10, editado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estipula 30 de abril de 2011 como prazo de validade dos chamados restos a pagar dos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. Eles se referem a compro-

missos atrasados, não efetuados pelo governo, que costumam ser incluídos nos orçamentos dos anos seguintes. A audiência está marcada para as 15h, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Também foi divulgado ontem o cronograma de tramitação da LDO (Projeto de Lei 2/11, do Congresso Nacional) na Comissão Mista de Orçamento. O calendário é calculado a partir da Resolução 1/06, do Congresso.

A matéria será publicada em suplemento do *Diário Oficial* do Senado Federal de hoje. O Congresso Nacional só pode entrar de recesso em julho após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Calendário

23 abril	Publicação e distribuição em avulsos da LDO
30 abril	Prazo para realização de audiências públicas
10 maio	Apresentação, publicação e distribuição do relatório preliminar
13 maio	Apresentação de emendas ao relatório preliminar
19 maio	Votação do relatório preliminar e suas emendas
29 maio	Apresentação de emendas
3 junho	Publicação e distribuição de avulsos das emendas
3 julho	Apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório
8 julho	Encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional

Wilson Santiago pede liberação de restos a pagar aos municípios

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) apelou à presidente Dilma Rousseff e aos ministros da área econômica pela liberação do pagamento dos restos a pagar do Orçamento destinados aos municípios. Ele argumentou que os municípios, principalmente os mais pobres, dependem desses recursos para quitar, manter ou iniciar obras.

A partir do fim deste mês, as cidades, principalmente as mais pobres que dependem do Fundo

de Participação dos Municípios, entrarão em crise com o cancelamento dos restos a pagar dos exercícios de 2007 a 2009. Essa rubrica se refere a despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do ano orçamentário.

– Fica aqui o nosso apelo à presidenta Dilma, aos ministros da área econômica e a todas as pessoas sensatas do governo: que pensem bem antes de cancelar esses convênios, porque, assim



Santiago faz apelo à presidente Dilma

agindo, estarão contribuindo de fato para a desorganização no que se refere às ações administrativas desses municípios brasileiros – afirmou Wilson Santiago, que defendeu a formação de uma comissão de senadores para reforçar o pedido.

Marcelo Crivella condena aposta na alta da inflação

Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou ontem que o país está longe do cenário de instabilidade e da espiral inflacionária, e criticou aqueles que apostam na alta da inflação.

– Estou falando do mercado financeiro, que tem se mostrado uma criatura sanguinária, que busca seus próprios interesses, com mais e mais lucro – disse.

Para o senador, o Brasil sabe o valor de uma economia estabilizada e "não está no rumo de uma economia insustentável". Com a alta da inflação, segundo ele, o mercado financeiro "resolve lançar suas baterias contra o Banco Central", jogando na "base do quanto pior, melhor" e pressionando por uma alta na taxa de juros. O objetivo dessa pressão é tornar o BC refém do mercado – e aumentar lucros.

– Há motivos para ficarmos tranquilos, embora devamos ficar atentos – declarou.



Senador diz que pressão visa lucro



Vital do Rêgo: juros "escorchantes"

Vital defende renegociação de dívidas com BNB

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) defendeu ontem a renegociação pelo Banco do Nordeste (BNB) de financiamentos agrícolas de pequenos produtores da Paraíba. Segundo ele, o BNB está trazendo "enormes dificuldades" para dezenas de milhares de agricultores, que correm o risco de perder suas propriedades em decorrência de dívidas e da cobrança de "juros escorchantes".

De acordo com Vital do Rêgo, as dívidas com o BNB se iniciam com pequenos valores, e, mesmo sendo pagas nos prazos previstos, acabam se tornando inviáveis em pouco tempo.

– É preciso fazer algo sobre as dívidas contraídas no passado, inclusive as que tinham correção monetária, pois não se pode tolerar a perpetuação do quadro de desespero continuado vivido pelos pequenos agricultores, já naturalmente tão sofridos.

Aníbal Diniz elogia condução da economia

Aníbal Diniz (PT-AC) rebateu ontem as críticas da oposição à condução da economia pelo governo. Segundo ele, a credibilidade do país tem crescido nacional e internacionalmente graças à estabilidade econômica iniciada a partir do Plano Real e aprofundada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidente Dilma Rousseff.

Para o senador, a boa posição do Brasil nas avaliações de risco das agências internacionais é um reconhecimento das ações do governo Dilma para corrigir os rumos da economia.

– De acordo com todos os analistas econômicos, o Brasil se torna, cada vez mais, um país consolidado economicamente, menos arriscado em relação à média mundial, para atrair grandes somas de recursos e grandes investimentos externos – afirmou Aníbal Diniz.



Aníbal Diniz: país está em boa posição

A partir das críticas feitas pelos representantes indígenas, senador propõe que Funai seja substituída por Secretaria Nacional dos Povos Indígenas

Dia do Índio: lideranças rejeitam nova Funai

EM SESSÃO ESPECIAL do Senado para celebrar o Dia do Índio, que se comemora hoje, os parlamentares ouviram queixas quanto ao descaso do governo com a população indígena. O senador Vicentinho Alves (PR-TO), que requereu a solenidade, sugeriu a criação de uma secretaria para substituir a Fundação Nacional do Índio (Funai). A sessão foi presidida pelo senador Wilson Santiago (PMDB-PB).

Várias lideranças indígenas condenaram a reestruturação da Funai, iniciada em 2009, com a extinção de postos indígenas nas aldeias. A própria ausência do presidente do órgão, Márcio Meira, foi alvo de críticas dos índios e dos senadores Vicentinho Alves e Paulo Paim (PT-RS).

O índio Ivan Xerente, do Tocantins, disse que nada está funcionando com o início da reestruturação da Funai. Jeremias Xavante, de Mato Grosso, afirmou que a reestruturação da Funai, em vez de melhorar o órgão indigenista, trouxe retrocesso.

Secretaria

Por considerar esgotado o modelo de ação da Funai, Vicentinho Alves propôs a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, ligada à Presidência da República.

De acordo com Vicentinho, essa secretaria coordenaria todas as ações governamentais na área, atualmente a cargo de órgãos diferentes, como a própria Funai, vinculada ao Ministério da Justiça, e a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde. O parlamentar culpou o desencontro entre esses órgãos por problemas na assistência aos índios.

Vicentinho mencionou que, antes da chegada dos portugueses, viviam no Brasil cerca de 5 milhões de índios. Hoje, são apenas 460 mil, distribuídos entre 225 comunidades, e das 671 terras indígenas identificadas, apenas 449 foram demarcadas, apesar de os prazos legais para demarcação já se terem esgotado há quase dez anos. Uma secretaria específica para a questão indígena, com status de ministério, poderia acelerar esse processo de demarcação e dar mais eficácia às ações governamentais de proteção ao índio, afirmou.



Fotos de José Cruz/Senado Federal



Lideranças indígenas (foto à esq.) celebram o Dia do Índio no Plenário. A solenidade foi proposta pelo senador Vicentinho Alves (acima, na tribuna), que considera a Funai um modelo superado

Meio ambiente manda branco ouvir índio, diz Terena

No momento em que "o mundo está sendo açoitado por nossa mãe-Terra, o meio ambiente mostra para o branco que ele tem de ouvir a voz do índio." A advertência foi feita por Marcos Terena, coordenador do Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade, durante a sessão em homenagem ao Dia do Índio. Pertencente à tribo xané, de Mato Grosso do Sul, Terena conclamou os pajés e os demais líderes indígenas a mostrarem a força do patrimônio cultural dos índios.

– O equilíbrio da mãe-Terra existe por causa da espiritualidade do índio. Quando os ianomâmis cantam, quando os terenas e os xavantes estão tocando seus chocalhos ou dançando com sua borduna, é porque nós estamos conversando com o grande espírito para cuidar da mãe-Terra, para cuidar

da natureza, dos passarinhos. Tudo isso, pessoal, muitas vezes, o homem branco não compreende. Mas nós temos de continuar perseguindo isso – declarou.

Rio+20

Referindo-se à próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, prevista para 2012 e já batizada de Rio+20, Terena disse que vai convidar líderes indígenas brasileiros para mostrar ao mundo que "a sua voz é forte".

– Se não for a água dos nossos rios, o mundo não vai sobreviver só com petróleo; se não for a biodiversidade, eles não vão sobreviver só com penicilina. O futuro da modernidade, o futuro do computador, do celular, da tecnologia não será feliz se não ouvir a nossa voz, a voz dos nossos povos, a voz do índio – alertou.

Terena anunciou também, para 2011, um projeto de jogos dos povos indígenas, a fim de que o Tocantins – terra dos xerentes, dos carajás e dos apinajés – receba 1.400 atletas das aldeias.

Ele afirmou que pretende mostrar ao Ministério do Esporte o que significa olimpíada verde: "respeito ao meio ambiente, respeito à natureza – e não ficar criticando aquele que perdeu, mas ajudar aquele que perdeu, porque, no ano que vem, ele pode ganhar também".

Terena disse que estava participando de um momento histórico: pela primeira vez, o Senado abria as portas do Plenário para celebrar o Dia do Índio, com a presença maciça dos próprios indígenas.

– Não entramos como senadores ainda, mas um dia vamos ter senadores indígenas também.

Governo cria distritos sanitários

A criação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas, como unidades gestoras autônomas, foi anunciada pelo secretário nacional de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, durante a sessão especial de ontem. Solicitada por Vicentinho Alves, a sessão foi presidida pelo senador Wilson Santiago e terminou com apresentação de cânticos e danças da cultura indígena.

Antônio Alves disse que vai fazer hoje uma reunião, em Brasília, com lideranças de índios, para anunciar oficialmente a criação dos distritos sanitários especiais como unidades gestoras autônomas. O secretário afirmou que a criação dessas unidades é uma das principais reivindicações do movimento indígena desde 1986, quando se realizou a 1ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Paulo Davim • Ana Amélia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Brasil deve ter protagonismo ambiental, defende Rollemberg

O Brasil tem capacidade para ser protagonista mundial no debate sobre o meio ambiente, disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), pois "reúne todas as condições para se colocar na vanguarda da conciliação entre um meio ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento". Além disso, tem avanços significativos na implementação dos compromissos internacionais assumidos.

Rollemberg lembrou que em junho do ano que vem o Rio de Janeiro sediará "o evento mais importante deste início de século para o futuro do planeta e da Humanidade": a conferência das Nações Unidas sobre o meio

ambiente, a Rio+20.

Para o senador, o Brasil tem dupla responsabilidade em relação à Rio+20, que ocorre 20 anos após a conferência Rio 92, que legou ao mundo o arcabouço jurídico internacional sobre a questão ambiental. Além de promover uma conferência bem organizada, com ampla participação popular, o Brasil deverá construir pontes entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, conciliando interesses que dificultam um entendimento mundial.

Rollemberg aproveitou para assinalar que, no dia 26, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) debate o assunto com o



Senador lembra que país registra avanços na área ambiental

subsecretário-geral das Nações Unidas e diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, "um dos principais especialistas e propugnadores mundiais da economia verde".



Davim sugere destinar à área um percentual da arrecadação obtida com loterias, multas de trânsito, shows e micaretas

Davim propõe novas fontes de recursos para a saúde

É preciso destinar mais recursos públicos para a área da saúde, e essa medida não depende necessariamente de um aumento da tributação, afirmou Paulo Davim (PV-RN). O senador sugeriu a destinação para a área de um percentual da arrecadação obtida com loterias, multas de trânsito e eventos como micaretas e grandes festivais sem caráter cultural ou religioso.

Uma das sugestões seria reduzir o acumulado que integra a primeira faixa de premiação (concursos de final zero) da Mega Sena.

– Dos 22% acumulados para os sorteios de final zero, estou propondo 5% para o percentual destinado à saúde. Acho que é viável – disse.

Davim explicou que infrações de trânsito e grandes festivais acabam gerando demandas dos serviços públicos de saúde, pelo atendimento de feridos e pessoas que consumiram álcool em excesso. Isso justificaria, opinou, a destinação de parte dos recursos de multas e de arrecadação de shows para o financiamento da saúde pública.

Na avaliação de Davim, há, hoje, um subfinanciamento do setor, pois o total de 4% do produto interno bruto (PIB) em 2009 – R\$ 127 bilhões – está bem abaixo da média dos países desenvolvidos, cerca de 10% do PIB. O gasto *per capita* também é inferior ao desses países, acrescentou.

Marinor pede democratização de universidade do Pará

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) pediu o "fim do autoritarismo" na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), sediada em Santarém.

– O reitor *pro tempore* [temporário], professor José Seixas Lourenço, parece estar deslocado no tempo e reedita práticas comuns aos dirigentes de universidade à época do regime militar. Perseguições políticas e autoritarismo estão na pauta do reitor, galgado ao cargo graças a uma indicação do ministro [da Educação] Fernando Haddad – afirmou.

Marinor relatou que a comunidade acadêmica reivindica

democracia, mas o reitor tem-se negado a discutir medidas para democratizar a gestão universitária.

Professores, funcionários e estudantes reivindicam eleição direta para o cargo de reitor, constituição de um conselho universitário que represente os três segmentos da academia e discussão sobre a construção do restaurante universitário e da Casa do Estudante para abrigar alunos de municípios vizinhos.

– Solicito a imediata extinção dos processos administrativos que visam punir indevidamente alunos, funcionários e professores da Ufopa, bem como a ime-



Senadora aponta autoritarismo de reitor e cobra entendimento

diata abertura de negociação acerca das propostas de democratização e discussão da atual estrutura acadêmica baseada no critério de ciclos – disse.



Geovani Borges destaca trabalho de Dorina Nowill, que criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil

Geovani homenageia deficiente visual

Geovani Borges (PMDB-AP) homenageou ontem a deficiente visual Dorina Nowill, criadora da Fundação Dorina Nowill para Cegos, que há 65 anos difunde e torna acessíveis às pessoas com deficiência visual materiais impressos em braile. O senador informou que a fundação produziu mais de 6 mil títulos e atendeu mais de 20 mil pessoas nos diferentes serviços que realizou.

– Muitos não imaginam, mas as pessoas que não enxergam gostam de ler e fazem uso da leitura com muita frequência. Para eles, a leitura se dá por meio de outros sentidos que não a visão, como o tato e a audição. O livro em braile, o falado e, mais recentemente, o livro digital, garantem o acesso mais rápido à cultura, à informação e ao lazer – disse.

Geovani disse que a criadora da fundação, Dorina Nowill, que faleceu em agosto do ano passado, aos 91 anos, era deficiente visual desde os 17 anos, tendo sido a primeira pessoa com deficiência visual a estudar em uma escola regular. Por seu trabalho na fundação, ela recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais.

O senador lembrou que, embora tenha havido grandes avanços tecnológicos no tratamento da deficiência visual, a luta pelos direitos dos cegos ainda enfrenta "desafios gigantescos".

CCT vota hoje lei de acesso à informação sigilosa

Em reunião conjunta com a CDH, comissão aprecia projeto que fixa os critérios para que o poder público assegure ao cidadão seu direito constitucional

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) pode votar hoje, em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto de lei (PLC 41/10) que trata da Lei Geral de Acesso à Informação, modificando prazos para obtenção de dados considerados sigilosos.

O relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou voto favorável e disse esperar que a proposta tenha aprovação final em Plenário no dia 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. O texto regulamenta o acesso a informações consideradas sigilosas, como as relativas a atos dos governos militares.

A proposta estabelece, em 47 artigos distribuídos por seis capítulos, os procedimentos que devem ser seguidos pela União, por estados, pelo Distrito Federal e por municípios para atender à garantia constitucional de acesso à informação. O respeito a esse direito não dispensa, entretanto, a fixação de limites para consulta a esses dados, definidos em função de riscos à segurança da sociedade ou do Estado que sua divulgação antecipada pode acarretar.

Assim, essas informações em poder do Estado são classificadas em três categorias quanto à restrição de acesso: ultrassecreta, secreta e reservada. Tal enquadramento leva em conta

seu teor e sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do poder público, sendo proibida sua publicização pelos respectivos prazos de 25, 15 e 5 anos.

Uma das hipóteses de revisão é a ocorrência de evento antes do fim do prazo de sigilo capaz de antecipar sua divulgação. É importante levar em conta ainda que a classificação da informação em certo grau de sigilo deverá se nortear pelo interesse público envolvido nessa operação e pelo critério de menor restrição possível, tendo em vista a ameaça de risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado que o sigilo possa acarretar.

O PLC 41/10 também estabelece um tratamento específico às informações de cunho pessoal, de forma a resguardar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas por elas afetadas. Mas possibilita a antecipação do acesso de terceiros e de sua divulgação, sem consentimento prévio dos envolvidos, se isso favorecer a defesa dos direitos humanos ou a proteção do interesse público e geral.

Antes de ser votada pela CCT e pela CDH, a proposta de lei já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO).



Relator, Walter Pinheiro espera aprovação em Plenário no dia 3 de maio

CAE discute projeto que amplia o acesso à leitura

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) devem examinar hoje uma pauta com 12 propostas, entre elas a que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, em votação terminativa.

De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto (PLS 294/05) tem por objetivo a captação de recursos para ampliar o acesso à leitura no país, conforme objetivos da Política Nacional do Livro.

Também hoje, a Comissão

de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, entre outros, projeto (PLS 385/07) que aumenta de 75% para 80% a frequência mínima exigida para a aprovação dos alunos no ensino básico.

Já a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) delibera sobre a proposta (PLS 490/09) que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos, além de outros 13 itens.



Devolução de pilhas e baterias usadas é obrigação de quem usa, vende ou produz

Diagorina São Paulo/Creative Commons

Destino certo para pilhas e baterias

Senado quer garantir cumprimento de lei do ano passado que define responsabilidades legais pela coleta pós-consumo desse material

APROVADO PELA COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada, projeto (PLS 714/07) estabelece regras para o descarte de pilhas e baterias usadas. O objetivo é tornar mais efetivas regras já determinadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), em vigor desde agosto do ano passado.

O projeto, do ex-senador Gerson Camata, foi relatado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) na CAE, para quem o recolhimento das pilhas e baterias por fabricantes e importadores tem impacto pouco significativo sobre os custos de produção e os preços.

Ainda que atualmente o avanço tecnológico tenha levado à fabricação de pilhas com baixos níveis de metais nocivos – mercúrio, cádmio e chumbo –, descartá-las no lixo comum pode levar à liberação desses componentes tóxicos em lixões ou aterros sanitários e à contaminação do solo, dos cursos de água e dos lençóis freáticos.

O mais recomendável é encaminhar

pilhas e baterias para a reciclagem ou para um aterro industrial, pois nos aterros sanitários, com a exposição ao sol e à chuva, as pilhas se oxidam e se rompem, levando seus componentes a uma contaminação que pode atingir a flora, a fauna e – pela cadeia alimentar – o homem.

Esse perigo é grande, se for levada em conta a estimativa de consumo anual de 1,2 bilhão de pilhas e 800 mil baterias, segundo a Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Por essa razão, a Lei 12.305/10 e a Resolução 401/08 do Conselho Nacional do Meio Ambiente atribuem a comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores a responsabilidade pós-consumo de pilhas e baterias.

Saiba mais

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

Av. Paulista, 1.313,
7º andar – CEP 01311-923
São Paulo (SP)
(11) 2175-0090
<http://migre.me/4h51P>

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

SEPN 505, Lote 2, bloco B, Ed.
Marie Prendi Cruz,
1º andar – CEP 70730-542
Brasília (DF)
(61) 2028-2207
<http://migre.me/4h515>

Uma dica para saber onde entregar pilhas e baterias usadas é ligar para a assistência técnica autorizada do fabricante dos produtos e perguntar sobre o destino adequado. Algumas empresas têm postos de coleta em todo o país:
<http://migre.me/4h50x>
<http://migre.me/4h42a>
<http://migre.me/4h4Xa>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Proibições impostas pelo Conama

Veja as proibições explicitadas na norma do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para a destinação final de pilhas e baterias:

- lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais ou em aterro não licenciado;
- queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- lançamento em cursos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos ou redes de eletricidade ou telefone ou em áreas sujeitas à inundação.

Lei é clara: obrigação do consumidor é devolver

A Lei 12.305/10 determina que todos os responsáveis devem garantir o retorno das pilhas e baterias após o uso pelo consumidor de forma independente dos serviços públicos de limpeza urbana. Para isso, podem disponibilizar postos de entrega ou atuar em parceria com cooperativas ou associação de catadores de materiais recicláveis.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que os consumidores devem devolver pilhas e baterias usadas aos comerciantes ou distribuidores, que, por sua vez, irão devolvê-las aos fabricantes ou importadores. Esses serão os responsáveis pela destinação ambientalmente correta a ser dada esses produtos, de acordo com regras do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e, se houver, com aquelas estabelecidas pelo município para gestão dos resíduos sólidos.

Comércio deve criar pontos de coleta

Já a resolução 401/08, reduziu os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias determinados em regra de 1999. Ao estabelecer critérios e padrões para o gerenciamento ambientalmente correto desses objetos, a resolução determina que os locais de venda de pilhas e baterias devem obrigatoriamente conter pontos de recolhimento adequados.

